

## ***Ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil: emergência e declínio na década de 1990?***

Busca-se nesse ensaio teórico resgatar interpretações do conceito de ambientalismo complexo-multissetorial especialmente ao longo da década de 1990, por diversos autores, que utilizaram várias disciplinas, com diversos recursos de pesquisa, a fim de reconhecer a complexidade inerente ao fenômeno ao qual o conceito se refere. Ressalta-se como referência teórica a abordagem de complexidade de Edgar Morin, especialmente sua maior obra, em seis volumes (La Méthode). Trata-se de uma das mais ousadas abordagens epistemológicas elaboradas durante três décadas, entre o final do século XX e o início do século atual. Sustenta-se que a epistemologia da complexidade esteve desde o início na base do conceito de ambientalismo complexo-multissetorial. Este conceito surgiu como proposta original no Brasil no início da década de 1990 e permitiu a compreensão da complexidade do fenômeno ambientalista, que envolve muitos setores e classes sociais. O fenômeno ambientalista implica no surgimento de uma nova cultura, uma nova visão de mundo, uma nova forma de pensar a ciência. Conclui-se que, a partir de um enfoque predominantemente disciplinar, disjuntor-redutor, o fenômeno e o conceito emergiram e declinaram na década de 1990. Mas, sob o ponto de vista do pensamento complexo, tanto o fenômeno quanto o conceito são relevantes e continuam expandindo-se, lentamente, conforme avançam as pesquisas inter e transdisciplinares.

**Palavras-chave:** Ambientalismo Multissetorial; Complexidade; Meio Ambiente; Ecologia Política.

## ***Complex-multisectoral environmentalism in Brazil: emergence and decline in the 1990s?***

The aim is to search in this theoretical essay rescue interpretations of the concept of complex and multi-sectorial environmentalism especially along the 1990s, by several authors who used various disciplines, with many search features in order to recognize the complexity of the phenomenon to which the concept refers. The theoretical reference emphasized is the complexity approach of Edgar Morin, especially his greatest work in six volumes (La Méthode). This is one of the boldest epistemological approaches developed over three decades between the end of the twentieth century and the beginning of this century. It is argued that the epistemology of complexity was from the beginning on the basis of the concept of complex, multi-sectorial environmentalism. This concept emerged as the original proposal in Brazil in the early 1990s and allowed the understandability of the complexity of the environmental phenomenon that involves many sectors and social classes. The environmental phenomenon implies the emergence of a new culture, a new world view, a new way of thinking about science. In conclusion, from a predominantly disciplinary approach, the phenomenon and the concept emerged and declined in the 1990s. But, from the point of view of complex thinking, the phenomenon and the concept are still relevant as advance the inter and transdisciplinary research.

**Keywords:** Multi-Sectorial Environmentalism; Complexity; Environmental; Political Ecology.

Topic: **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Meio Ambiente**

Received: **22/03/2016**  
Approved: **10/08/2016**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Sérgio Luís Boeira  
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/0964367025411471>  
[sbsergio267@hotmail.com](mailto:sbsergio267@hotmail.com)



DOI: 10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0014

### Referencing this:

BOEIRA, S. L. Ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil: emergência e declínio na década de 1990?. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v.7, n.3, p.170-188, 2016. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0014>

## INTRODUÇÃO

O canadense Hannigan, ao tratar da sociologia ambiental, assinala que há “no mínimo nove paradigmas distintos competindo” no campo: a ecologia humana, a economia política, o construcionismo social, o realismo político, a modernização ecológica, a teoria da sociedade de risco, a justiça ambiental, a teoria do ator-rede e a ecologia política (HANNIGAN, 2006). Há, entretanto, diversas interpretações sobre cada um desses e outros enfoques no que se refere ao ambientalismo, à sociologia ambiental, além de crítica a limitações de autores clássicos e contemporâneos quanto à compreensão das questões ambientais (GOLDBLATT, 1996; DUNLAP, 1997; DUNLAP *et al.*, 2002); inclusive há controvérsia sobre o uso do termo paradigma nas ciências sociais, já que Kuhn as considerava pré-paradigmáticas (KUHN, 2011). Goldblatt (1996), por sua vez, faz uma análise crítica das limitações da teoria social na sua relação com o meio ambiente por intermédio de estudos comparados das obras de Ulrich Beck, Anthony Giddens, André Gorz e Jürgen Habermas, focalizando especialmente a) origens sociais e estruturais da degradação do ambiente nas sociedades modernas; b) origens estruturais dos movimentos ambientalistas; c) papel de uma política ambiental no controle e redução da degradação do ambiente. Goldblatt (1996) termina sua análise de maneira preocupante, diante da aceleração da degradação ambiental, das lacunas da teoria social para tratar da complexidade das questões socioambientais e da multiplicidade de atores sociais envolvidos no ambientalismo no âmbito internacional. Numa outra perspectiva, também publicada em meados da década de 1990, Goldsmith (1995) aborda o desafio ecológico como uma problemática holística e sistêmica, paradigmática, que requer uma transformação cultural e epistemológica de grande alcance, envolvendo tanto as ciências sociais quanto as ciências naturais e as tradições espirituais, incluindo a noção central de Gaia, a deusa grega da Terra.

No que se refere mais especificamente ao ambientalismo e suas tipologias, destacamos na literatura duas contribuições: a de Castells (1999) e a de Foladori (2000). Castells afirma (1999) que nos “anos 90, 80% dos norte-americanos e mais de dois terços dos europeus consideram-se ambientalistas; candidatos e partidos dificilmente conseguem se eleger sem ‘verdejar’ suas plataformas”. E além dos partidos, diversas instituições internacionais, governos, órgãos especiais, empresas, inclusive as que são responsáveis por danos ao meio ambiente, assumem a questão do ambientalismo em suas agendas de relações públicas. Toda a problemática do desenvolvimento socioeconômico favorável aos pobres ou aos ricos tem-se transformado em “debate em diversos níveis acerca da possibilidade real de desenvolvimento sustentado para cada país, cidade ou região” (CASTELLS, 1999). Ainda segundo Castells (1999),

O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura.

A tipologia do ambientalismo, tal como proposta por Castells, ao final da década de 1990, é uma das que se aproximam da abordagem do ambientalismo complexo-multissetorial que foi proposta e desenvolvida por vários autores no Brasil também na década de 1990, especialmente por Eduardo Viola e Hector Leis.

Antes de resgatar esta última, cabe lembrar alguns aspectos daquela tipologia discutida em ambiente internacional. Com efeito, para Castells, são cinco os tipos de movimentos ambientalistas, conforme descrição sumária a seguir:

**Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA):** grupos que se identificam como amantes da natureza, tendo como adversário o desenvolvimento não-controlado e como objetivo a preservação da vida selvagem;

**Defesa do próprio espaço (Não no meu quintal):** grupos que se apresentam como defensores da comunidade local, tendo como adversários os agentes poluidores e como objetivo a qualidade de vida/saúde;

**Contracultura, ecologia profunda (*Earth first!*, ecofeminismo):** grupos que se apresentam como defensores do “ser verde”, tendo como adversários o industrialismo, a tecnocracia e o patriarcalismo e, como objetivo, o que foi chamado de ecotopia;

**Save the planet (Greenpeace):** grupos que se apresentam como internacionalistas na luta pela causa ecológica, tendo como adversário o desenvolvimento global desenfreado e como objetivo a sustentabilidade;

**“Política verde” (*Die Grünen*):** grupos de cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente, tendo como adversário o *status quo* político e como objetivo a oposição ao poder.

Esta tipologia dá uma noção da diversidade e da amplitude ideológica do ambientalismo. Foi elaborada, como diz o autor, com base em informações e exemplos da Alemanha e da América do Norte, “pois aí se encontram os movimentos ambientalistas mais desenvolvidos do mundo” (CASTELLS, 1999).

Outra contribuição relevante quanto a tipologia do ambientalismo ao final da década de 1990 é a de Foladori (2000). Para este autor, a tipologia proposta visa simplificar e sistematizar as diferenças entre as principais posições. Ele opta por partir de dois critérios: um ponto de partida ético, que distingue entre “ecocentristas” e “antropocentristas”; por outro lado, há o critério que toma a sociedade humana como uma esfera separada da natureza ou dividida em classes sociais. Segundo este último critério, há “ecocentristas”, “tecnocentristas” e “marxistas”.

O ecocentrismo, também denominado biocentrismo, parte da ideia de que a natureza tem um valor intrínseco, que representa um critério ético externo à sociedade humana. Segundo esta posição, as “leis da natureza” deveriam determinar a própria organização humana. O ecocentrismo tem uma face antiga e outra moderna. Na face antiga há posições que se confundem às vezes com o antropocentrismo, como se vê, por exemplo, na tradição cristã. Há uma posição ecocêntrica que apresenta o ser humano como servo de Deus (cuidando da Terra e das criações divinas) e há outra posição ecocêntrica que subordina a natureza ao ser humano. Também a visão de mundo medieval é contraditória, pois concebe um antropocentrismo ao ver a natureza a serviço do ser humano, por um lado, e, por outro, concebe a interdependência organicista (cadeia da vida) de todos os elementos da natureza.

Na face moderna, o ecocentrismo tem suas raízes filosóficas no pensamento romântico dos séculos XVII e XVIII. Apresenta-se tanto como uma crítica ao capitalismo quanto como uma reivindicação de preservação da natureza selvagem. Os ecocentristas, segundo Foladori (2000), dividem-se modernamente entre os que defendem a chamada ecologia profunda (*deep ecology*) e os verdes. Os primeiros defendem um igualitarismo biosférico para deter o crescimento material e populacional, além de tecnologias de pequena

escala. Já os verdes enfatizam a crítica ao crescimento populacional, contra os bens supérfluos, enquanto defendem uma reorientação energética a partir de recursos renováveis e tecnologias limpas, incluindo certo controle estatal do industrialismo, com base em critérios da economia ecológica.

A posição tecnocentrista é também antropocentrista. O tecnocentrismo pressupõe o domínio da natureza pela sociedade humana por intermédio da tecnologia. O antropocentrismo pressupõe que o comportamento diante da natureza seja determinado por necessidades e interesses humanos.

Os antropocentristas dividem-se entre marxistas e tecnocentristas. Os antropocentristas marxistas pressupõem que a atividade humana seja parte da natureza, o que implica um relacionamento com esta por meio de setores, classes, nações. Já os antropocentristas tecnocentristas pressupõem que a natureza seja externa à sociedade humana, que por sua vez enfrenta a primeira como um bloco. Os chamados antropocentristas tecnocentristas, segundo Foladori (2000), dividem-se entre posições do “ambientalismo moderado” e os “cornucopianos”. O ambientalismo moderado confia no uso de tecnologias limpas e políticas econômicas para corrigir o mercado. Já os cornucopianos negam a existência da crise ambiental e acreditam na liberdade de mercado sem interferência estatal e sem restrições à tecnologia.

Como se vê, não há sinais de consenso, mas de intensa fragmentação no conhecimento do ambientalismo em âmbito internacional. Nesse contexto de controvérsias, busca-se resgatar um conceito singular sobre o ambientalismo, que surgiu no Brasil, em especial na década de 1990.

O que diferencia a abordagem do ambientalismo que será apresentada a seguir é o fato de ter sido concebida não somente por uma grande variedade de referências teóricas, de diversas disciplinas, e por ter sido fundamentada em pesquisa de campo junto a diversos grupos, setores e classes sociais, mas também por ter um fundamento epistemológico na obra de Edgar Morin, especificamente no que este autor denominou “*pensée ecologisée*” (pensamento ecologizado). Este termo aparece no segundo dos seis volumes de série *La Méthode*, como título do capítulo 5 da primeira parte do livro (MORIN, 1980). Trata de tópicos como olhar ecológico, ecologia social, ecologia da ação e ecologia das ideias. A obra de Morin é uma das mais ousadas obras epistemológicas do final do século XX e início do século atual, que critica toda a ciência clássica/moderna desde Descartes, articulando, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e complexa, as ciências humanas, a filosofia, a ecologia, a física, a biologia. Sua abrangência e profundidade, entretanto, tornou-se um obstáculo à pesquisa, o que por consequência tem dificultado sua difusão entre os vários setores sociais além dos centros de pesquisa. A abordagem do conceito de ambientalismo complexo-multissetorial, que surgiu no Brasil da década de 1990, representa uma aproximação e articulação do pensamento epistemológico moriniano às pesquisas sobre ambientalismo, pesquisas estas que se desenvolvem fundamentalmente no campo das ciências sociais do meio ambiente. Há, portanto, uma tensão e uma distância considerável a ser vencida entre uma obra transdisciplinar de amplo espectro epistemológico e as ciências sociais voltadas para o tema do ambientalismo, algo que transcende os propósitos deste estudo. Por ora cabe explicitar que a noção de ambientalismo complexo-multissetorial é o tema cujas interpretações este ensaio bibliográfico busca resgatar, o que ainda não foi feito, especialmente sob o ponto de vista do pensamento complexo.

Uma coletânea intitulada *Ecologia & Política no Brasil* (PÁDUA, 1987) teve significativa repercussão no debate sobre ambientalismo no Brasil no final da década de 1980 e início da década de 1990, caracterizando-se de certa forma como ponto de partida para compreender-se a emergência do fenômeno do ambientalismo visto como complexo, histórico, multissetorial, vital, ainda que não tenha sido formulado e proposto nessa obra. Entre os autores participantes, Eduardo Viola foi o que mais se dedicou à noção de multissetorialidade do ambientalismo. Em 1987, ele havia sustentado a ideia de que existiam quatro diferentes posições no movimento ecologista mundial e na teoria política ecologista: a ecologista fundamentalista, a ecologista realista, a ecossocialista e a ecocapitalista.

Essa classificação seria apropriada para compreender o movimento a partir de 1986, como parte de um processo histórico ao longo do qual o movimento no Brasil teria passado por outras duas fases: a ambientalista, entre 1974 e 1981, e a do ecologismo em transição, de 1982 a 1986. Enquanto na primeira fase são enfatizadas as denúncias de degradação ambiental nas cidades e as chamadas comunidades alternativas, na segunda há um processo de politização progressiva no contexto da transição democrática. A chamada opção ecopolítica de 1986 seria uma proposta de grade teórica para interpretar a conjuntura pela qual o movimento passava. A realidade socioambiental que emergia entre meados e o final da década de 1980, entretanto, o faria mudar de ideia e propor o conceito de ambientalismo complexo-multissetorial em 1990. Isto não significa dizer que as quatro perspectivas seriam desnecessárias e simplesmente substituídas pelo conceito de ambientalismo complexo-multissetorial. Precisariam ser vistas no contexto mais amplo para o qual este último conceito apontava. Assim, pode-se considerar que há um processo de incorporação ou recontextualização entre cada uma das fases e suas interpretações potencialmente predominantes em que a anterior é enriquecida e reinterpretada pela seguinte, sem ser substituída, deixando (potencialmente) sua influência sobre os atores do ambientalismo. Essa ideia de recontextualização tem o sentido de uma ampliação do olhar sobre o fenômeno em estudo. Ela representa uma forma de compreensão complexa, que se alimenta de diversas contribuições, disciplinares, não-disciplinares (intersubjetivas, vivenciais, práticas, reflexivas), interdisciplinares, transdisciplinares. O conhecimento obtido sobre o passado do fenômeno retroalimenta a compreensão do presente e abre novas perspectivas quanto ao seu futuro. O processo de conhecimento do fenômeno apresenta-se aberto a novas pesquisas, novos olhares.

Antes de apresentarmos a estrutura das seções, cabe destacar, ainda que brevemente, o que entendemos como ensaio teórico. Trata-se de forma moderna e muito comum de expressar ideias, nas ciências humanas e na filosofia. Com um ensaio teórico não se pretende comprovar algo empiricamente, mas interpretar e argumentar, de forma tão original e consistente quanto possível, sobre um fenômeno (revelando o que o fenômeno esconde), utilizando-se para isso tanto planejamento quanto intuição, reflexão e interpretação sistemática. Conforme Meneghetti (2011), por meio do ensaio teórico “são incubados novos conhecimentos, até mesmo científicos ou pré-científicos”. Inexiste metodologia sistemática para o ensaio. Para Bertero (2011), “todo ensaísta planeja o que vai escrever. Todavia isto não elimina o que se poderia chamar de caráter dialético do ensaio (...)”, algo que se faz “à medida que o próprio ensaio é elaborado”.

Meneghetti (2011) observa que o diálogo entre epistemologias diferentes tem no ensaio um “campo fértil, sobretudo pela natureza de experimentação”.

Este artigo está organizado de acordo com a seguinte estrutura, além desta introdução: na primeira seção, abordam-se as contribuições de Pádua sobre as origens da ecologia política no Brasil; na segunda seção, trata-se das fases das políticas ambientais (1930-2000); na terceira trata-se da contribuição de Viola e de outros autores no que se refere à definição do ambientalismo complexo-multissetorial; por fim, apresenta-se um quadro sintético e uma breve reflexão sobre o fenômeno e suas abordagens nas ciências sociais na década de 1990.

## **DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **Das Origens da Ecologia Política no Brasil: Questionando a Civilização**

De acordo com a pesquisa de Pádua (1987), a ecologia política, enquanto orientação intelectual relativa à natureza e aos projetos de desenvolvimento nacional tem, no Brasil, uma história muito extensa, que começa em 1.500 com a colonização pelos europeus. Isto se revela, por exemplo, na escolha do nome “Brasil”. Segundo o historiador, o sentido da identificação do país com a árvore do pau-brasil foi uma vitória sobre a ideologia religiosa, que havia optado pelo nome “Terra de Santa Cruz”. A vitória mercantilista passou a promover a imagem de uma rica natureza passível de uso e exploração sem preocupações além do lucro imediato. “O ato fundador do Brasil, portanto, foi um projeto de exploração predatória da natureza – e esse estigma está entranhado em seu próprio nome” (PÁDUA, 1987).

A ecologia política evoluiu, no país, a partir da crítica ao projeto mercantilista, colonizador, numa defesa crescentemente enfática dos recursos renováveis ou não renováveis. Pádua critica o romantismo brasileiro, num certo aspecto, porque, ao contrário do que ocorreu com o romantismo europeu, não houve entre os autores nacionais uma crítica em relação ao mundo existente. O autor conclui que temos como tradição “dois polos esquizofrenicamente divorciados: uma celebração puramente retórica, de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa, de outro” (PÁDUA, 1987).

A ecologia política abriu caminho nesta tradição com os escritos de José Bonifácio, Joaquim Nabuco, André Rebouças e Euclides da Cunha. No entanto, estes autores não chegaram a fazer a crítica da civilização moderna – pelo contrário: defenderam os propósitos e ideais de progresso desta. Representaram a tentativa de fundar-se o império da razão no Brasil do século XIX: era em nome da razão que lutavam contra o colonialismo, a exploração mercantilista, o parasitismo, a corrupção e a escravidão; defendiam a criatividade, o desenvolvimento endógeno, as florestas, os índios, o conhecimento das leis naturais, a reforma agrária com métodos avançados de cultivo e práticas de conservação da natureza.

Apenas Euclides da Cunha, entre estes autores liberais, inicia uma crítica ao artificialismo e ao mimetismo da civilização moderna que se introduzia no Brasil, mas esta crítica é secundária na sua obra, e o que prevalece é um nacionalismo defensivo, civilizado.

Na segunda metade do século XIX, o positivismo de Augusto Comte e o darwinismo social chegaram ao Brasil. “O reducionismo científico e o materialismo vulgar proporcionaram um conjunto de proposições esquemáticas e de compreensão fácil, que eram apresentadas como explicações universais e definitivas” (PÁDUA, 1987). Este reducionismo científico gerou uma imagem negativa da natureza brasileira, sustentando apenas algumas esperanças de melhorias sociais através da integração do Brasil à modernidade ocidental. Esta posição, representada pela chamada Escola de Recife, particularmente pela obra de Sílvio Romero, firmou-se com a influência do cientificismo alemão.

Uma crítica nítida à civilização moderna é encontrada na obra de Alberto Torres no início do século XX. Para este autor, há uma diferença clara entre as nações antigas e novas. Naquelas a história seguiu um jogo livre, orgânico, espontâneo; nestas, há uma complexidade que exige uma vontade política consciente. A história, para ele, não é linear, determinada. Torres via a necessidade de uma instituição política que encarnasse o sentido de interdependência, segurança e resolução dos problemas coletivos: o Estado nacional. Para ele, negar a legitimidade do Estado é como negar a capacidade do homem para o raciocínio lógico sobre o presente e o futuro. Além disso, de modo liberal, ele se contrapunha às formas patriarcais e coletivistas do Estado. Torres criticava as ilusões da ciência mecanicista e as políticas expansionistas, que pressupunham “uma quase eternidade dos tesouros e dos produtos do nosso planeta” (PÁDUA, 1987).

A obra de Torres destaca-se não apenas pela ênfase de sua crítica à modernidade, mas, também e sobretudo, pelo fato de apontar caminhos alternativos, num modelo político-econômico autônomo, com base em uma percepção ecológica – o que ficou conhecido como a tese da “vocação agrícola” do Brasil. Pádua faz uma excelente síntese das diferentes posturas diante da natureza no Brasil:

a) elogio retórico e laudatório do meio natural, indiferente e, por vezes, conivente com a realidade de sua devastação; b) elogio da ação humana em sentido abstrato, passando ao largo das suas consequências destrutivas; c) crítica da destruição da natureza, propondo como remédio a modernização do país nos moldes da civilização urbano-industrial; d) crítica da destruição da natureza, propondo como remédio a busca de um modelo alternativo e autônomo de desenvolvimento nacional (PÁDUA, 1987; PÁDUA, 2004).

As duas primeiras posturas perderam força ao longo da história, enquanto as duas últimas tornaram-se interligadas, embora também tenham sido fragilizadas – nas duas últimas décadas – em face do contexto internacional e da dinâmica da globalização em suas dimensões econômica, política, cultural e ecológica.

### **Fases das Políticas Ambientais: Questionando o Setorialismo**

Nas diversas fases e faces da política ambiental, de 1930 até início da década de 2000, os dilemas brasileiros atualizaram e mesclaram as posturas a que se refere Pádua acima, acrescentando políticas regulatórias, estruturadoras e indutoras (CUNHA et al., 2003).

Na periodização das políticas ambientais brasileiras proposta por Cunha et al. (2003), há três períodos e três tipos de políticas ambientais: a) Regulatórias: caracterizam-se pela criação de normas legais ou órgãos ambientais oficiais; b) Estruturadoras: caracterizam-se pela criação de unidades de conservação, formulação de políticas e programas/projetos de preservação e proteção do meio ambiente natural; c) Indutoras:

caracterizam-se pela proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos, sociais ou educativos para a melhoria da qualidade ambiental e do uso de recursos naturais.

Ao contrário das políticas regulatórias e estruturadoras, que se destacam desde 1930, as indutoras só se materializam a partir de 1988. Quanto aos atores sociais envolvidos, as duas primeiras formas de políticas ambientais têm, como atores principais, órgãos oficiais, ONGs e empresas. No caso das políticas indutoras destacam-se órgãos oficiais, ONGs, empresas e comunidades. Enquanto nas duas primeiras formas sobressaem-se estruturas hierárquicas, nas indutoras com frequência há formação de redes ou busca de horizontalidade entre os atores envolvidos.

Os autores definem o período de 1930 a 1971 como “construção de uma base de regulação”, o segundo período, de 1972 a 1987, como “intervencionismo do Estado e crise ecológica global”, e o terceiro período, de 1988 em diante, como “democratização e descentralização decisória” (CUNHA et al., 2003).

Vieira et al. (1998) fazem uma síntese dos temas que emergem na evolução da política ambiental do Brasil, deixando claro que há uma crescente complexidade na agenda ambiental e uma multiplicidade de atores ou setores envolvidos. Temas como espécies em extinção, resíduos domésticos e industriais, poluição do ar, educação sanitária e ambiental, entre outros, ampliam o leque de desafios. É importante observar que os temas se sucedem, mas não linearmente. Tornam-se mais complexos, híbridos, acumulando-se, por assim dizer, de tal forma que todos se encontram relacionados no final da década de 1980 e início da década de 1990. Esse processo acaba sobrecarregando principalmente setores das agências estatais, as ONGs ambientalistas e os pesquisadores dessas temáticas.

Depois de analisar duas políticas ambientais, uma regulatória (a política nacional de recursos hídricos) e outra estruturadora (processo de criação de reservas extrativistas), Cunha et al. (2003) concluem que um novo conjunto de ideias e valores tem influenciado a formulação de políticas ambientais no Brasil. Referem-se a noções de gestão participativa, baseadas em estratégia conservacionista de proteção da natureza e numa visão instrumental/reformista dos mecanismos regulatórios do uso de recursos naturais. Questionam a maneira fragmentada ou setorializada pela qual são elaboradas e executadas as políticas ambientais no Brasil. E reconhecem que “a ecologia política, em suas múltiplas acepções, parece ser o referencial indicado para uma análise mais profunda das políticas ambientais” (CUNHA et al., 2003).

### **Da Opção Ecológica ao Ambientalismo Multissetorial**

Em um relatório parcial (e inédito) de pesquisa, intitulado *As Ideias Políticas do Movimento Ecológico no Brasil*, Eduardo Viola (1989) informa que em 19 meses do desenvolvimento de pesquisa analisou 44 artigos e 9 livros sobre a problemática do movimento ecológico, especialmente nos EUA e Europa, além de ter analisado documentos e material jornalístico, participado de eventos nacionais e estaduais do movimento, e realizado 61 entrevistas em profundidade com lideranças do movimento, em diversos estados brasileiros. Também informa que participou de três eventos acadêmicos internacionais e três nacionais em que foram analisados dados do movimento ecológico.

Nesse relatório de 1989, Viola dedica cerca de uma página para cada uma das quatro categorias da classificação mundial (síntese da literatura internacional): ecocapitalista, ecossocialista, ecofundamentalista e ecorrealista. Mas já observa que, embora sejam apropriadas, são também insuficientes para dar conta da diversidade de ideias no movimento ecológico brasileiro.

Os ecorrealistas caracterizar-se-iam por sua posição contrária tanto ao capitalismo quanto ao socialismo, optando por uma terceira via que ainda não havia sido concretizada no mundo. Valorizariam simultaneamente o mercado e o planejamento descentralizado como meios de alocação de recursos. Seriam contrários à grande propriedade privada ou estatal e favoráveis à pequena e média propriedade (privada ou cooperativa). Os ecofundamentalistas defenderiam um movimento ecológico puro, à margem da sociedade, sem pretensão de transformá-la. Seriam contrários a qualquer tipo de crescimento econômico, estando de alguma forma próximos de posições anarquistas, tendendo a fazer apologia de tradições e modos de vida indígenas ou mesmo vinculadas a comunidades rurais alternativas. Os ecocapitalistas seriam favoráveis a posições socialdemocratas, dispostos a ecologizar o capitalismo brasileiro, considerando viável a compatibilização de um mercado não delimitado com propriedade oligopólica, injustiça social e equilíbrio ecológico. Teriam como referência as experiências mais avançadas do chamado primeiro mundo, especialmente os países escandinavos. Por fim, os ecossocialistas seriam partidários de uma ruptura com a sociedade capitalista no Brasil, na defesa de uma sociedade tanto socialista quanto ecológica. A propriedade estatal seria considerada adequada e o planejamento participativo seria o melhor meio de alocação de recursos. Defenderiam uma economia quase autossuficiente, aproveitando a grande diversidade de recursos naturais do Brasil. A certa altura, diz o autor em seu relatório:

As diversidades regionais (predominantemente estaduais) complexificam muito o quadro de ideias políticas existentes no movimento ecológico (ME) brasileiro já que elas superpõem-se, sem diluir a heterogeneidade acima assinalada. Por esta razão o ME brasileiro é um dos mais diversificados do mundo em ideias políticas (VIOLA, 1989).

Em maio de 1990, Eduardo Viola e Héctor Leis publicam seu ensaio teórico intitulado *Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*, na revista *Lua Nova*. Apresentam dez setores, sem descrevê-los, como parte do campo denotado pela expressão “ecologismo”, considerado “vasto e complexo”. Os autores acentuam as diferenças entre as realidades do Norte e do Sul e especialmente as peculiaridades da América Latina (VIOLA et al., 1990).

Os autores abordam o ecologismo também como projeto. Afirmam, por exemplo, que o projeto ecologista “supõe uma forte institucionalidade por cima e por baixo do Estado-nação, em condições de administrar porções importantes da soberania detida na atualidade por este” (VIOLA et al., 1990).

O ecologismo, na conjuntura internacional de 1990, teria, segundo Viola e Leis, rompido de maneira definitiva com a ideia de um “único caminho” ou um “único modo racional de encarar o desenvolvimento”; haveria, pelo contrário, uma “pluralidade de estratégias entre as quais cada comunidade, cada sociedade, cada região do planeta faz opções” (VIOLA et al., 1990).

Em fins de 1990, no artigo teórico-empírico intitulado *A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80*, Viola e Boeira

apresentam uma concepção de ambientalismo que partia da constatação da emergência de um fenômeno complexo, que se materializava por meio de uma crescente variedade de atores sociais com uma visão de mundo ambientalista. Tal fenômeno parecia complexo “na medida em que, apesar das diferentes temporalidades e ritmos históricos destes atores, há sinais de intercomunicação/aproximação entre indivíduos e grupos situados em distintos setores socioculturais” (VIOLA et al., 1990). Na sequência, argumentava-se que o fenômeno do ambientalismo complexo-multissetorial não se constituía como um movimento social *stricto sensu*, mas como um movimento histórico, de transformação civilizatória. Acrescenta-se o que agora se revela mais relevante para os propósitos desse ensaio:

Ao chamarmos a atenção para a sua complexidade, estamos nos referenciando particularmente nas obras recentes de Edgar Morin, para quem a complexidade é própria do real e implica em relações simultâneas e recorrentes de complementaridade, antagonismo e concorrência entre as partes de um todo que, por sua vez, vai se constituindo como um sistema aberto na medida em que os fatores de neguentropia (informação) se sobrepõem aos fatores de entropia (deformação) (VIOLA et al., 1990).

Considerava-se, no contexto do final da década de 1980, que um rápido processo de despolarização entre capitalismo e socialismo ocorria nas esferas econômicas, sociais, políticas e ideológicas. A esse respeito, consta o seguinte:

Aos impasses do capitalismo, soma-se o colapso do comunismo. O ambientalismo complexo-multissetorial, com isto, ganha evidência, emerge na história como uma visão de mundo, um sistema aberto de valores/*práxis*, constituído por setores sociais que ainda não se reconhecem nitidamente como partes de um todo. Este reconhecimento parcial nos motiva a escrever o presente artigo, pois acreditamos que uma profunda crise de percepção está bloqueando a superação sinérgica dos impasses da modernidade (VIOLA; BOEIRA, 1990).

O artigo teórico-empírico de 1990 tinha como propósito introduzir uma análise descritiva dos setores sociais que compunham, então, o ambientalismo complexo-multissetorial. Partia-se, para isto, de um pressuposto teórico segundo o qual a dualidade mais relevante da época estava entre as forças conservadoras da civilização predatória-perdulária e as forças emergentes de uma civilização ecologicamente sustentável. O artigo definia quatro características como sendo fundamentais para uma sociedade sustentável:

a) eficiência energética; b) sustentabilidade ecológica dos sistemas produtivos; c) natalidade abaixo do nível de reposição para atingir um equilíbrio apropriado entre espécie humana e biodiversidade; d) auto-eco-organização individual e coletiva, que combine individualismo responsável com a busca de justiça, criatividade e eficiência na gestão social (VIOLA et al., 1990).

Os setores a que se fazia referência e que foram descritos e analisados após ampla pesquisa bibliográfica-documental e por meio de entrevistas abertas com atores representativos do ambientalismo complexo-multissetorial, tanto em âmbito nacional quanto na microrregião de Florianópolis, foram os seguintes:

1. Associações autodenominadas ambientalistas, o movimento ambientalista *stricto sensu*;
2. A comunidade dos técnicos das agências estatais de meio ambiente;
3. Núcleos e indivíduos ambientalistas da comunidade científica, presentes nas Universidades e Institutos de Pesquisa;

4. Grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano;
5. Movimentos sociais que não se identificam como ambientalistas, mas que têm orientações valorativas e práticas concretas próprias destes;
6. Empresários que incorporam a dimensão ambiental na sua racionalidade microeconômica;
7. População rural (e pescadores) cujo modo de produção inclui a dimensão ecológica, seja por uma lógica histórico-tradicional ou por um aprendizado recente;
8. Minorias ambientalistas dissidentes de macroestruturas: agências estatais, corporações multinacionais, partidos políticos, associações profissionais (sindicados e outros), associações empresariais e organizações religiosas;
9. Indivíduos-coletivos, formadores de opinião, que têm uma orientação ambientalista;
10. Partido Verde (VIOLA et al., 1990).

Duas partes no artigo visavam contextualizar a abordagem dos setores: Brasil na biosfera, em que se destacava a relevância do país na dinâmica planetária, e aspectos socioambientais da realidade brasileira na década de 1980, que foram assim sintetizados: a) crescimento exponencial da devastação ecológica; b) crescimento extraordinário da consciência social diante dos problemas ambientais; c) pequena incorporação da dimensão ambiental no comportamento microeconômico dos empresários e consumidores; d) altíssimo crescimento da regulação legislativa-normativa dos problemas ambientais, combinada com sua baixíssima implementação efetiva, no nível das políticas públicas. Depois disto, distinguindo ecossistemas urbanos, rurais e naturais, são descritos aspectos das características dos setores emergentes, presentes em diversas classes sociais.

Viola também foi consultor acadêmico da pesquisa *O Que o Brasileiro Pensa da Ecologia*, coordenada por Crespo et al. (1993), que teve uma parte qualitativa (*O Brasil na Era Verde*) e outra quantitativa (*Ideias Verdes?*), esta última com a participação fundamental do IBOPE, com uma amostra de 3.650 pessoas em 260 municípios. Esta iniciativa teve como fundamento o conceito de ambientalismo multissetorial. Há uma explícita referência ao “*pensée ecologisée*” formulado por Morin (CRESPO et al., 1993). Esta iniciativa complementou a pesquisa teórico-empírica já iniciada em 1990 e deu início a uma série de pesquisas semelhantes, coordenadas por Samyra Crespo, permitindo uma comparação entre respostas entre o início da década de 1990 e 2012.

A parte qualitativa incluiu várias capitais do país e entrevistas com 72 (setenta e duas) pessoas “consideradas formadoras de opinião sobre temas e questões relativas a ecologia e meio ambiente” (CRESPO et al., 1993). Foram feitas entrevistas em profundidade, com cerca de 1h30min cada uma, com lideranças de seis setores envolvidos com a questão ambiental: ambientalistas, técnicos governamentais, cientistas, representantes de movimentos sociais (negros, mulheres, sindicalistas), empresários e políticos profissionais. Em cada setor foram considerados os subtipos ambientalistas/ecologistas e ambientalizados, significando que estes últimos são numericamente superiores aos primeiros, com exceção do setor ambientalista autônomo e dos técnicos governamentais.

Em 1992 Viola publica outro artigo, intitulado *O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável*. O autor sistematiza e atualiza análises anteriores, caracterizando a fase entre 1987-1991 da seguinte forma:

[...] ação multissetorial, pelo processo de institucionalização dos grupos ambientalistas (com capacidade crescente de implementação de projetos específicos de conservação ou restauração ambiental) e pelos esforços por articular a problemática da proteção ambiental com a do desenvolvimento econômico, no rumo do desenvolvimento sustentável (VIOLA, 1992).

Embora o autor não utilize o termo “complexo”, optando por “enfoque histórico” do movimento ambientalista, sua abordagem se amplia, se diversifica, na medida em que busca incluir aspectos teórico-comparativos segundo diferentes países e conjunto de autores, além de observar o âmbito internacional como contexto tendencial do ambientalismo multissetorial, em resposta aos riscos globais emergentes, como as mudanças climáticas, a devastação de florestas tropicais, etc.

Viola compara e assim delimita o enfoque histórico do ambientalismo multissetorial, considerando outros dois enfoques mais limitados: a) aquele dos autores que consideram o ambientalismo como um *grupo de interesse* entre outros no sistema político, que emerge na bibliografia norte-americana desde a década de 1970. Segundo tal enfoque o ambientalismo surge devido aos problemas de poluição gerados pela produção industrial, sensibilizando inicialmente as camadas sociais de renda alta e média, que reclamam proteção ambiental canalizada por meios funcionais do sistema político-estatal, sem questionar o sistema como um todo (MITCHEL, 1989). Há autores que consideram o ambientalismo um movimento elitista devido a tais características (TUCKER, 1982); b) enfoque do ambientalismo como um *novo movimento social*, desenvolvido especialmente entre autores europeus neomarxistas (OFFE, 1985) ou ecologistas radicais (GALTUNG, 1981). Nessa abordagem as transformações na estrutura social, como a expansão do setor de serviços com absorção de profissionais qualificados, favorecem a emergência de novos movimentos sociais – especialmente pacifismo, feminismo e ecologismo.

Em 1992, no capítulo intitulado *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*, Viola e Leis tratam do ambientalismo multissetorial e complexo destacando cinco setores: 1) as associações e os grupos comunitários ambientalistas; 2) as agências estatais de meio ambiente; 3) o socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação; 4) os grupos e as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental; 5) um reduzido setor dos gerentes e do empresariado que começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental. E nessa ordem analisam os setores. Definem três enfoques que estariam relacionados a três versões de desenvolvimento sustentável: estatista, comunitário e de mercado.

O **enfoque estatista** considera, em princípio, que a qualidade ambiental é um bem público que depende do Estado por meio de intervenção normativa, reguladora e promotora. O setor tradicional dentro deste enfoque defende a exclusividade dos mecanismos de comando e controle. Um outro setor emergente

questiona a eficiência da utilização massiva destes mecanismos e sugere sua restrição, com uso de mecanismos de mercado, como licenças de poluição comercializáveis, etc.

O **enfoque comunitário** enfatiza a importância das chamadas organizações de base (grupos comunitários e ONGs) na transição para uma sociedade sustentável. Desconfia do Estado e do mercado como alocadores de recursos. Estes deveriam ser subordinados à sociedade civil. Este enfoque valoriza as iniciativas locais e regionais, além do princípio da equidade social sobre o princípio da eficiência alocativa, o que “lhe dá um componente utopista, aproximando-se em algumas dimensões da minoria revolucionária. Este enfoque está presente com muita força nas ONGs do terceiro mundo e em escala mais reduzida nas do primeiro mundo” (VIOLA et al., 1992).

O **enfoque de mercado** representa a defesa da lógica intrínseca ao mercado, com significativa apropriação privada dos recursos naturais e da qualidade ambiental, com expansão do número de consumidores conscientes do ponto de vista da sustentabilidade, para que se possa avançar com eficiência na direção de uma sociedade sustentável. Segundo este enfoque os mecanismos reguladores do Estado e a atuação educativa das ONGs deveriam ter uma posição subordinada aos mecanismos de mercado. Prioriza a eficiência alocativa sobre a equidade social (VIOLA et al., 1992).

Ainda em 1992, Viola e Vieira, apresentam em evento internacional o artigo intitulado *Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil*. Considerando os movimentos ambientalistas como um “campo incipiente de pesquisa” no país, com um período de formação entre 1971 e 1986, os autores refletem sobre um “movimento ambientalista unificado”, institucionalizando-se por meio de uma expansão multissetorial e evoluindo a partir da noção de desenvolvimento sustentável. Esta noção é tomada como um processo de desenvolvimento sob postulados interdependentes de equidade social, sustentabilidade ecológica, viabilidade econômica e autodeterminação política. Contestam a ideia de conceber o desenvolvimento sustentável seja como um fetiche ideológico, seja como um conjunto de normas rígidas para a formulação de políticas. Compreendem o desenvolvimento sustentável como um instrumento heurístico de planejamento, “para tentar resolver a questão de futuras estratégias de desenvolvimento global, nacional, regional e local, em uma perspectiva igualmente sensível aos temas ecológicos, tanto naturais quanto culturais” (VIOLA et al., 1992). Os ecossistemas são tomados como um “paradigma” para sistemas feitos pelo homem, contemplando diversidade de contextos sociais e ecológicos.

O ambientalismo passou por uma rica experiência multissetorial e das mais complexas durante dois anos de preparação e durante a realização do Fórum Global, acontecimento paralelo à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Indivíduos e grupos de várias partes do mundo estabeleceram contatos pessoais e intergrupais – relações marcadas pela ideia-chave de unidade na diversidade e diversidade na unidade, central no pensamento complexo moriniano (2013). Vários documentos foram aprovados democraticamente, em meio a muitas tensões e conflitos, como roteiro de ação para todos os envolvidos.

Em outro artigo, Viola et al. (1995) assinalam os principais obstáculos do ambientalismo multissetorial após a Rio-92: a permanência do caráter confrontacional na relação entre o socioambientalismo e o ambientalismo empresarial (particularmente aguda no hemisfério Sul); tendência ao isolamento dos partidos políticos, mesmo os mais sensíveis aos problemas ambientais; o bloqueio histórico do diálogo entre o ambientalismo religioso e o dos cientistas; a ainda tradicional ligação entre o ambientalismo governamental e o princípio da soberania nacional, que limita o desenvolvimento de estratégias globais; os componentes isolacionistas presentes nas diversas subculturas ambientalistas nacionais (particularmente fortes no hemisfério Sul).

Em 1996, Viola define um conjunto de categorias que compõem o cenário em que atuam “novas forças sociais transnacionais” com potencial de impactar a política ambiental brasileira (1989-1995). As características do processo de globalização incluem 12 (doze) dimensões: militar, econômico-produtiva, financeira, comunicacional-cultural, religiosa, interpessoal-afetiva, científico-técnica, populacional-migratória, ecológico-ambiental, epidemiológica, criminal-policial e política.

O autor analisa o impacto da emergência e desenvolvimento do “ambientalismo multissetorial” sobre os alinhamentos sociopolíticos e a formação de oito novas forças sociais transnacionais: globalistas-conservadores, globalistas-progressistas, globalistas-conservadores-sustentabilistas, globalistas-progressistas-sustentabilistas, nacionalistas-conservadores, nacionalistas-progressistas, nacionalistas-conservadores-sustentabilistas, nacionalistas-progressistas-sustentabilistas (VIOLA, 1996). A partir destas forças sociais, de seus atores, o autor reflete sobre o horizonte da democracia, os problemas de governabilidade do ambiente global e os cenários futuros alternativos de governabilidade global.

Viola e Olivieri (1997) definem como três tipos de ambientalismo o que antes (VIOLA et al., 1992) era visto como três versões ou enfoques do desenvolvimento sustentável, ou seja, ambientalismo estatista, ambientalismo de mercado e ambientalismo comunitário. Reconhecem a grande diversidade interna do movimento ambientalista, assim como há diversidade interna do socialismo e do liberalismo, criticando as abordagens universalistas que ignoram as lutas simbólicas no “campo ambientalista” (VIOLA et al., 1997). Reconhecem que a maioria dos atores do ambientalismo contemporâneo identifica-se com uma posição conservacionista, que defendem uma harmonia entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Viola e Olivieri criticam essa posição majoritária reafirmando a concepção de ambientalismo complexo multissetorial, no qual há muitas diferenças de percepções, valores e interesses. Entre suas referências, está a obra *Terra-Pátria*, de Morin et al. (1993). O movimento ambientalista complexo multissetorial pertence a uma “profunda transformação no pensamento social e ético”, a uma nova “hominização”, pela qual não só a Terra não está no centro do universo (conforme a primeira revolução copernicana) como a humanidade não está no centro da biosfera (conforme a “segunda revolução copernicana” ou “nova hominização”). Nesse artigo com Olivieri, mais do que em outros, Viola amplia o foco histórico, teórico e mesmo filosófico sobre as abordagens sociológicas e políticas do movimento, identificando “desafios da teoria social frente aos processos de globalização” (VIOLA et al., 1997).

Os autores também fazem uma avaliação crítica e detalhada da atuação do governo Cardoso nos dois primeiros anos, sobretudo na política ambiental. Significativamente, afirmam:

Grande paradoxo da história recente do Brasil: Cardoso, um presidente globalizado e com certa compreensão intelectual da sustentabilidade, retrocede ostensivamente com relação a Franco, um presidente nacionalista e sem compreensão da questão ambiental (VIOLA et al., 1997).

Em 1999, Leis publica uma versão adaptada de sua tese em filosofia política, defendida em 1996, em que destaca uma abordagem do ambientalismo histórico e multissetorial cuja complexidade tem sido constituída ao longo de séculos, em sucessivas “ondas” que formam dimensões e setores, sem, contudo, haver uma linearidade pura e simples no processo. O autor defende uma abordagem evolutiva (não-evolucionista), que se distingue do evolucionismo positivista, hegeliano, marxista ou liberal. Afirma que

a sociedade se autoproduz na história, mas isso está longe de significar que é fruto de uma ação consciente ou da intencionalidade de alguma de suas partes, já que sua complexidade excede a capacidade de desígnio que possam ter indivíduos ou instituições isoladas. A dinâmica da sociedade não é redutível à soma das características de todas as partes que compõem sua realidade (LEIS, 1999).

## CONCLUSÕES

Para sintetizar diversas concepções ou tipos de ambientalismo/ecologismo de alguns dos principais autores que contribuíram para sua compreensão na década de 1990, apresenta-se o quadro abaixo, a fim de provocar um olhar comparativo e abrangente.

**Quadro 1:** Algumas Concepções do Ambientalismo Multissetorial, Histórico e Complexo.

AUTOR (ES)	CONCEPÇÕES OU TIPOS DE AMBIENTALISMO / ECOLOGISMO
Viola, 1987	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ecocapitalismo</li> <li>- ecossocialismo</li> <li>- ecofundamentalismo</li> <li>- ecorrealismo</li> </ul>
Viola et al., 1990	Setores/enfoques no panorama internacional: <ul style="list-style-type: none"> <li>- ambientalismo-conservacionista</li> <li>- ecologismo radical de ação direta</li> <li>- “política verde”</li> <li>- ecologismo camponês</li> <li>- ecologismo de ação global</li> </ul>
Viola, 1992	<ul style="list-style-type: none"> <li>- grupo de interesse</li> <li>- novo movimento social</li> <li>- movimento histórico (com estrutura de rede que articula diversos setores comunitários, organizações não-governamentais, setores governamentais, empresariais, científicos, etc.)</li> </ul>
Crespo et al., 1993	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ambientalismo multissetorial (empresários, políticos profissionais, movimentos sociais, cientistas, técnicos governamentais, ambientalistas)</li> <li>- ambientalistas/ecologistas</li> <li>- ambientalizados</li> </ul>
Viola et al., 1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ambientalismo estatista</li> <li>- ambientalismo de mercado</li> <li>- ambientalismo comunitário</li> </ul>
Leis, 1999	Ambientalismo Histórico e Multissetorial: críticas à modernidade <ul style="list-style-type: none"> <li>- raízes estéticas do ambientalismo</li> <li>- cientistas e ambientalismo</li> <li>- sociedade civil e ambientalismo</li> <li>- ecologia e Estado</li> <li>- mercado e desenvolvimento sustentável</li> <li>- globalização e espiritualização do ambientalismo</li> </ul>

É possível observar que de 1987 a 1999 diversas concepções se apresentam identificadas a partir de alguns atores ou setores sociais, tendo como princípio uma compreensão fundamentada basicamente em bibliografia internacional e nacional, para um conjunto de concepções que se fundamentam na reflexão sobre dados empíricos, a partir de pesquisas teórico-empíricas realizadas no Brasil, à luz tanto de bibliografia nacional quanto internacional.

Dois autores, Viola e Leis, oriundos de uma formação política e acadêmica de esquerda, se destacam pela continuidade e parceria nas pesquisas. Tendo como denominador comum a ecologia política, Viola e Leis desenvolveram pesquisas fazendo convergir a sociologia, a ciência política, a filosofia política, a história, a ecologia e uma grande quantidade de dados de outras disciplinas. Com isso, constituíram-se como núcleo pensante de um grupo que se estendeu entre seus pares, entre seus orientandos em dissertações e teses.

O fenômeno “ambientalismo” ou questão ambiental (conflito entre sociedade/cultura e suas condições biofísicas) foi percebido de diversos ângulos. Na pesquisa de Pádua, ainda enquanto doutorando em ciência política, a questão ambiental deu origem à revelação de um conjunto de textos que estavam esquecidos na historiografia brasileira, abrindo um leque imenso de pesquisas para rever toda a história do país.

A concepção de ambientalismo complexo-multissetorial de 1990 ganhou passado e um presente que se influenciaram mutuamente: à medida que se compreendia a história das ideias dos atores ambientalistas, novas percepções sobre a dinâmica contemporânea emergiam ao longo dos anos. A realização da Rio-92 despertou um ânimo extraordinário – tanto para pesquisas quanto para as ações políticas articuladas nos e entre os setores. O ambientalismo não só avançou multissetorialmente, mas também transectorialmente, constituindo-se como um fenômeno cada vez mais complexo e desafiador para todos os que buscavam compreendê-lo.

As abordagens monodisciplinares nas pesquisas e as perspectivas unilateralmente setoriais, a partir dos interesses de cada setor, entretanto, tiveram como efeito diluir ou contrariar o ânimo inicial, provocando retrocessos, compreensões limitadas pelo reducionismo. No âmbito nacional, o setor estatal do ambientalismo ganhou destaque quase contínuo ao longo da década, mas foi mantido burocraticamente isolado, com poucos recursos, no contexto da administração pública. Por outro lado, o ambientalismo entre empresários ganhou impulso numa década marcada pelo avanço da ideologia neoliberal e pela dinâmica globalizadora dos mercados, gerando, por um lado, cooptações de lideranças dos movimentos sociais e de ONGs ambientalistas e, por outro, reações à esquerda, estimulando percepções polarizadoras.

As experiências de elaboração das Agendas 21 locais constituíram-se, de um modo geral, como processos enriquecedores do ambientalismo complexo-multissetorial, enquanto, em âmbito nacional, predominou a distância entre discursos formais e as ações, com poucas exceções. A aprovação de leis na área ambiental federal foi resultante de uma cultura de planejamento burocrático, mas que mesmo assim se constituiu como parte de um processo historicamente relevante de mudança civilizatória.

A obra epistemológica de Morin, especialmente seus seis volumes, *La Méthode*, iniciada em 1977 e concluída somente em 2004, constituiu-se como uma referência teórica inter e transdisciplinar de grande

relevância para a compreensão da complexidade das relações sociedade/natureza, cultura/natureza e, por isso mesmo, para a compreensão das relações entre as forças predatórias e as forças sustentabilistas, bem como das relações tensas entre os atores/setores/projetos no interior do ambientalismo multissetorial. É relevante observar que a pesquisa teórico-empírica de 1990 e as pesquisas quantitativa e qualitativa de 1993 estiveram associadas à abordagem da complexidade deste autor. Este aspecto foi esquecido na elaboração de documentos da Agenda 21 nacional por consultores especializados. Houve um processo de fragmentação disciplinar da complexidade, predominando, portanto, o paradigma disjuntor-redutor como referência para as Agendas 21 estaduais e locais. A própria ideia de complexidade passou a gerar reações negativas em vez de um enfrentamento inter e transdisciplinar, que pressupõe relações mais horizontais e democráticas entre pesquisadores, entre estes e os cidadãos não-cientistas.

Em balanço bibliográfico de Alonso e Costa (2002) sobre as ciências sociais e meio ambiente no Brasil os autores criticam a abordagem disciplinar de Vieira (1992) e optam, como dizem, não por uma abordagem inter ou transdisciplinar, mas por “grandes enfoques e troncos temáticos”. Não há nenhuma referência a qualquer obra de Morin. E criticam o que chamam de “tese da multissetorialização” como sendo basicamente teórica, genérica e abrangente, considerando-a hegemônica, tendo “influenciado a maior parte dos estudos empíricos sobre meio ambiente no Brasil”. Afirmam que no artigo de Viola e Boeira (1990) os autores investigaram “a hipótese de que o ambientalismo fosse um fenômeno específico de classe média” (ALONSO et al., 2002). O (a) leitor (a) pode avaliar a pertinência dessa crítica, limitada ao enfoque das ciências sociais sobre o meio ambiente.

No âmbito internacional, ao final da década de 1990, Castells (1999) constatava e descrevia as características de um “ambientalismo multifacetado”, conforme visto anteriormente. Mas excluía do ambientalismo faces relevantes, que o ambientalismo complexo-multissetorial abordou, como a própria crise paradigmática da ciência na gestação de uma cultura de sustentabilidade. Por outro lado, toda a problemática apresentada por Foladori (2000) sobre antropocentrismo, ecocentrismo, tecnocentrismo pode ser revista à luz da epistemologia da complexidade, evitando-se com isso simples adesões a crenças e reprodução irrefletida do passado.

Conforme a abordagem epistemológica de Morin, existem basicamente dois paradigmas em confronto, o disjuntor-redutor (considerado o grande paradigma do ocidente) e o da complexidade. Ambos incluem diversos outros paradigmas menores. No pensamento complexo a compreensão de paradigma vai além dos muros da academia e se estende aos diversos setores e classes sociais. O pensamento complexo é ecologizado, ou seja, parte das condições biofísicas e, sem determinismos naturalistas, interliga ciências antropossociais à física, à biologia, à teoria da informação, à filosofia. Durante a década de 1990, enquanto o ambientalismo complexo-multissetorial se diversificava e entrava em crise devido aos confrontos entre os setores no contexto da globalização, a obra de Morin avançou na direção das ciências sociais e humanas, com a proposição de uma ética complexa e de uma política civilizatória. Por isso penso que a convergência entre os estudos do ambientalismo complexo-multissetorial e a obra deste autor é coerente, ainda que tal convergência esteja fragilmente estabelecida. Tal fragilidade é compreensível na medida em que, quando foi

proposto o conceito de ambientalismo complexo-multissetorial, apenas os três primeiros dos seis volumes da principal obra de Morin haviam sido publicados. O volume 4 foi publicado em 1991 e trata da ecologia das ideias, da vida das ideias (noosfera) e da organização das ideias (noologia) (MORIN, 1991). Esta obra esteve praticamente ausente de toda bibliografia relativa ao ambientalismo e inclusive foi em grande medida ignorada pela sociologia. A propósito, Rogero (2008) propõe uma “sociologia após ‘O Método’”. Há então um intervalo de uma década até a publicação do volume 5, em 2001, que trata da humanidade da humanidade, da identidade humana (MORIN, 2001). Nela, entre outras coisas, Morin, propõe o retorno ao “homem genérico”, inspirado no jovem Marx, mas em seguida observa que “o *homo* genérico de Marx não possuía subjetividade, afetividade, amor, loucura, poesia. Era essencialmente um *homo faber* e *oeconomicus*. Deve-se enriquecer o genérico” (MORIN, 2002). Morin propõe o que chama de *homo complexus, sapiens-demens*, uma compreensão da natureza humana voltada para a regeneração. Citando uma canção de Bob Dylan – “quem não está nascendo, está morrendo”, Morin afirma que esta é “uma das mais importantes lições que tiro deste trabalho começado há 32 anos” (2002). A última obra da série *La Méthode* é publicada em 2004 (em 2005 no Brasil) e é inteiramente dedicada à ética.

Portanto, considerando-se que a principal obra epistemológica de base do conceito de ambientalismo-multissetorial somente foi concluída após a década de 1990, compreende-se que tal conceito permaneceu subdesenvolvido, numa condição nascente, neste período. Por isso, do ponto de vista disjuntor-reductor ou das ciências sociais voltadas para o meio ambiente, o conceito de ambientalismo multissetorial é ainda compreensivelmente considerado uma “tese” ou uma “teoria” que emergiu e declinou ou deveria submergir em disciplinas especializadas e subespecializações ou troncos temáticos. Já sob o ponto de vista inter e transdisciplinar, ou complexo, tanto o fenômeno quanto o conceito do ambientalismo complexo-multissetorial, começaram a ser estudados e avançam lentamente, não-linearmente, como parte de um processo civilizatório marcado por crises e tensões.

## REFERÊNCIAS

- ALONGO, A.; COSTA, V.. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, n.53, p.35-78, 2002.
- BERTERO, C. O.. O que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.15, n.2, p.338-344, 2011.
- CASTELLS, M.. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRESPO, S.; LEITÃO, P.. **O que o brasileiro pensa da ecologia**. Rio de Janeiro: MAST, CNPQ, ISER, 1993.
- CUNHA, L. H.; COELHO, M. C.. Política e gestão ambiental. In: CUNHA; GUERRA. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DUNLAP, R. E.. The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of the american experience. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G.. **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham: Edward Elgar, 1997. p.21-39
- DUNLAP, R.; BUTTEL, F.; DICKENS, P.; GIJSWIJT, A.. Sociological theory and environment: classical foundations, contemporary insights. **Rowman & Littlefield Publishers**, 2002.
- FOLADORI, G.. Uma tipologia del pensamento ambientalista. **Revista de Estudos Ambientais**, Blumenau, v.2, n.1, p.42-60, 2000.
- GALTUNG, J.. **The blue and red, the green and brown: a guide to movements and countermovements**. Genebra: IVED, 1981.

- GOLDBLATT, D.. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- GOLDSMITH, E.. **O desafio ecológico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- HANNIGAN, J.. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- KUHN, T.. **A estrutura das revoluções científicas**. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- LEIS, H.. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Florianópolis: EdUFSC; Petrópolis: Vozes, 1991.
- MENEGHETTI, F. K.. O que é um ensaio teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.15, n.2, p.320-332, 2011.
- MITCHEL, R.. **From conservation to environmental movement**: the development of the modern environmental lobbies. In: LACEY, M. J.. **Government and environment politics**: essays on historical developments since World War. Washington: Resources for the Future, 1989. p.81-113
- MORIN, E.. **O método II**: a vida da vida. Publicações Europa-América. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- MORIN, E.. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MORIN, E.. **O método IV**. As ideias: sua natureza, vida, habitat e organização. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- MORIN, E.. **O método 6**. Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005
- MORIN, E.. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MORIN, E.; KERN, A.. **Terre-Patrie**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- OFFE, C.. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. **Social Research**, n.52, p.817-872, 1985.
- PÁDUA, J. A.. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A.. **Ecologia & política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. p.11-62.
- PADUA, J. A.. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PADUA, J. A.. **Ecologia & política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.
- ROGERO, P.. Para uma sociologia após 'O Método'. In: PENA-VEGA; LAPIERRE. **Edgar Morin em foco**.. São Paulo: Cortez, 2008.
- TUCKER, W.. **Progress and privilege**. Garden City: Anchor-Doubleday, 1982.
- VIEIRA, L.; BREDARIOL, C.. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- VIEIRA, P.. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, D.; FREIRE, P.. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992. p.103-147
- VIOLA, E.. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E.. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. p.15-65
- VIOLA, E.. **As ideias políticas do movimento ecológico no Brasil**. Relatório de pesquisa inédito. 1989.
- VIOLA, E.. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M.. **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.49-75.
- VIOLA, E.. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A.. **Ecologia & política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. p.63-109
- VIOLA, E. BOEIRA, S. L.. A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE, 4. **Anais**. Florianópolis: UFSC, IBAMA, 1990.
- VIOLA, E.; LEIS, H.. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. **Lua Nova**, n.20, p.145-178, 1990.
- VIOLA, E.. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo. In: HOGAN, D.; FREIRE, P.. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992. p.73-102.
- VIOLA, E.; OLIVIERI, A.. Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil. In: CANÇADO TRINDADE, A. A.; CASTRO, M. F.. **A sociedade democrática no final do século**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p.179-253
- VIOLA, E.; VIEIRA, P. F.. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. **Revista de Administração Pública**, n.26, p.81-104, 1992.
- WOSTER, D.. **Nature's economy**. A history of ecological ideas. 2 ed. Cambridge: Cambridge UP, 1994.